



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE**  
**RUA SENADOR GEORGINO AVELINO, Nº 515, CENTRO**  
**FONE: (84)3294-3994**

---

---

**IC nº: 035/2013**

**Objeto:** Funcionamento do Conselho de Alimentação escolar no Município de Monte das Gameleiras

**Data da instauração:** 15/08/2013

### **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, neste ato representado pelo Promotor de Justiça da Comarca de São José do Campestre, Dr. Flávio Henrique de Oliveira Nóbrega, doravante denominado **TOMADOR DO COMPROMISSO**, e, de outro lado, **Maria Paula Rodrigues Pereira**, brasileira, casada CPF nº 512898224-68, Presidente do Conselho de Alimentação Escolar, **residente no Sítio Magalhães, nº 23, Zona Rural, Monte das Gameleiras/RN** doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**, celebram o presente **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, em conformidade com o disposto no artigo 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85, no artigo 7º. da Lei n. 7.853/89 e na Resolução nº. 002/2008-CPJ/RN, mediante os termos transcritos:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO**

A compromissária compromete-se a cumprir integralmente os termos da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispôs sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, especialmente quanto às seguintes obrigações:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º do referido diploma;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV – realizar reuniões bimestrais, para o fim de exercer regularmente suas atribuições;

V - cobrar do Poder Executivo o cumprimento de suas obrigações previstas em lei, notadamente quanto ao dever de disponibilizar ao Conselho de Alimentação Escolar – CAE os comprovantes de pagamentos efetuados com os recursos financeiros do programa de alimentação escolar e apresentar a este o relatório anual de gestão do PNAE; e

VI – comunicar imediatamente ao Ministério Público qualquer óbice imposto pelo Poder Executivo ao cumprimento das atribuições do CAE.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO**

**O TOMADOR DO COMPROMISSO** poderá fiscalizar a execução do presente acordo, tomando as providências legais cabíveis, sempre que necessário, isoladamente ou com o auxílio de outros órgãos que possuam atribuições correlatas com o objeto deste termo de ajustamento.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA PENALIDADE POR DESCUMPRIMENTO**

O não cumprimento total ou parcial, nos prazos estipulados, das obrigações estabelecidas na cláusula PRIMEIRA, implica multa pessoal no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por item descumprido, acrescido de atualização monetária, até o adimplimento total da obrigação, independentemente da ação de execução específica das obrigações, nos termos do disposto no parágrafo 6º do art. 5º da Lei Federal n.º 7.347/85.

## **CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DA MULTA**

O não pagamento da multa implica em sua cobrança pelo Ministério Público ou pela Fazenda Pública, com juros 1% (um por cento) ao mês e atualização em conformidade com as normas aplicadas aos débitos judiciais.

## **DISPOSIÇÕES FINAIS**

O presente compromisso de ajustamento de conduta produzirá efeitos legais a partir de sua celebração, e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos arts. 5º, §6º, da Lei nº 7.347/85 e 585, II, do Código de Processo Civil.

Verificadas todas as Cláusulas e por estarem de acordo, firmam as partes os presente compromisso, em 03 (três) vias originais e idênticas, todas rubricadas e assinadas ao final.

São José do Campestre, 16 de outubro de 2013.

---

**Maria Paula Rodrigues Pereira**

Presidente do Conselho de Alimentação Escolar

---

**Flávio Henrique de Oliveira Nóbrega**

Promotor de Justiça